



Aceleração *Regional*

Perfil Socioeconômico do Município de Rondinha/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local



Sarandi/RS

Dezembro de 2019

O48t Oliveira, Gabriel Nunes de *et al.*

Perfil Socioeconômico do Município de Rondinha-RS / Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Enio Giotto, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Saionara da Silva. - Sarandi/RS, 2021.
42 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2021.

1. Capitalismo Consciente. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I. Nunes de Oliveira, Gabriel. II. Costa, Nilson Luiz. III. Giotto, Enio. IV. Camfield, Claudio Eduardo Ramos. V. Saionara da Silva.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.
Av. Sete de Setembro, n.1130 – 2º andar – Centro
CEP.: 99560-000 / Sarandi - RS



Sicredi Região da Produção RS/SC/MG

Conselho de Administração

Saul João Rovadoscki (Presidente)
André Luis Soares Balbi
Daniel Ribeiro dos Santos
Darlei Knob
Evandro Pedro Bernardi
Ivandro Adilio Machado Bertotti
Jose Carlos Benini
Leonardo Portolan
Maieri Stivanin
Roberto Tadeu Oliboni
Solani Cristina Gobbi Menegazzo

Conselho Fiscal

Alessandra Bazzi
Luciano Adalberto Henkes
Luciano Escobar
Ayrte Antoninho Blau
Débora Ribeiro Fernandes
Marcelo Giroto

Diretoria Executiva

Marcos Roberto Dorigon (Diretor Executivo)
Catiane Longhi Menin (Diretor de Operações)

Gerências da Superintendência Regional

Leandro Carlot (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Luana Schiefelbein Elicker (Gerente de Relacionamento)
Ricardo Enderle (Gerente de Ciclo de Crédito)
Ana Elisa Perusso (Gerente de Gestão de Pessoas)
Mauara Debona Pissatto (Gerente de Operações Administrativas)
Amauri Correa (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)
Adiones Galiazzi (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)



Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Reitoria

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC

Jeferson de Souza Flores (Diretor-Presidente)
Alencar Machado (Diretor Financeiro)
Renato Zanella (Diretor Administrativo)

UFSM Campus Palmeira das Missões

Luiz Anildo Anacleto da Silva (Diretor)
Daniel Angelo Sganzerla Graichen (Vice-Diretor)

Departamento de Ciências Econômicas

Elaine Ferreira (Chefe)

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPGAGR) – Mestrado Acadêmico

João Pedro Velho (Coordenador)

Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Carlos Gilbert Conte Filho (Coordenador)

Curso de Graduação em Administração

Claudio Eduardo Ramos Camfield (Coordenador)

Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA-UFSM)

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.32.0003 Convênio 090/2020, UFSM/FATEC.

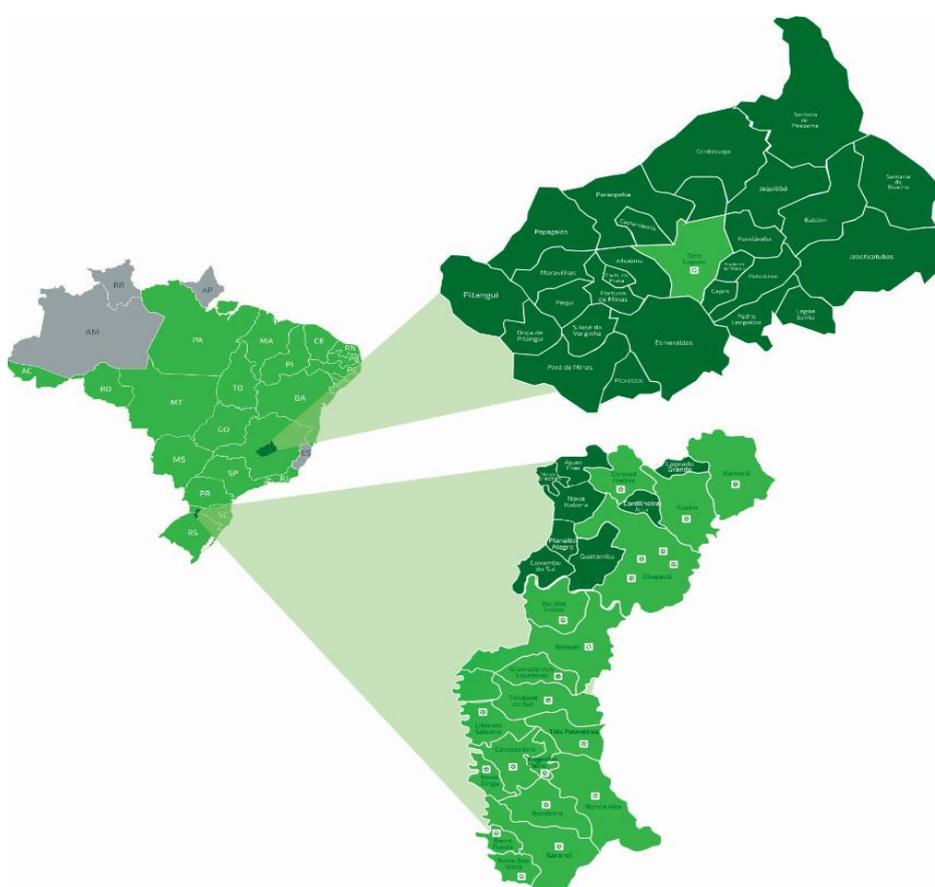
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE RONDINHA	5
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia municipal	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	25
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	25
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	26
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas	27
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	28
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	30
3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Erro! Indicador não definido.
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG e o Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas ao perfil socioeconômico dos municípios que estão na área de atuação da Sicredi Região da Produção, bem como os desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada local onde a cooperativa possui agência, no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina (Figura 1).

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Região da Produção RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.

Esta iniciativa coletiva e comprometida com o processo de fomento à reflexão sobre o desenvolvimento e ao capitalismo consciente foi construída em cooperação com os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores socioeconômicos.

Neste processo, a reflexão e a busca por novos conhecimentos, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor também são objetivos a serem alcançados.

Portanto, conhecer a realidade de cada município, bem como os níveis de desenvolvimento e a evolução econômica, social e ambiental podem subsidiar reflexões e proposições na área do desenvolvimento regional, local, inclusivo e sustentável.

Neste contexto, a presente iniciativa contempla o levantamento e análise de informações primárias e secundárias. As informações primárias serão obtidas através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios. As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, contidas neste Perfil Socioeconômico e Ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

Este relatório, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Rondinha/RS** e está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda, apresenta-se a análise do Perfil Socioeconômico e Ambiental do município em questão. Na terceira seção o leitor poderá encontrar uma breve reflexão sobre as ações potenciais de desenvolvimento regional. Já, na quarta seção, estão apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla uma importante etapa para refletir, com base no Capitalismo Consciente a nas dinâmicas socioeconômicas locais, quais ações poderão ser implementadas para melhorar os níveis de desenvolvimento municipal e regional.

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE RONDINHA

Instalado no dia 28 de março de 1965 e situado a 491 metros de altitude, Rondinha está situado nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 27° 49' 59" Sul, Longitude: 52° 54' 6" Oeste e situa-se a 294 Km de Porto Alegre.

2.1. Caracterização demográfica

Conforme é possível observar a partir da Tabela 1, cerca de 58% da população de Rondinha vive na zona urbana e 42% na zona rural. Pode-se observar que a população residente na zona urbana, distribui-se quanto ao sexo em 47,84% masculino e 52,16% feminino. Já a zona rural, 50,31% da população é masculina e 49,69% é feminina, evidenciando uma distribuição equitativa de homens e mulheres no território.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010

	Masculino		Feminino		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
Urbano	1.108	47,84%	1.208	52,16%	2.316	42%
Rural	1611	59%	1591	57%	3.202	58%
Total	2.719	100%	2.799	100%	5.518	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Do contingente de 5.518 pessoas, cerca de 17% tem até 14 anos, 18% de 15 a 29 anos, 44% de 30 a 59 anos e 21% de 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	466	17%	476	17%	942	17%
15-29 anos	506	19%	503	18%	1.009	18%
30-59 anos	1209	44%	1197	43%	2.406	44%
60 ou mais	537	20%	624	22%	1.161	21%
Totais	2.718	100%	2.800	100%	5.518	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Conforme a Tabela 2 observa-se que mais de 62% da população, tanto feminina como masculina, enquadra-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

Figura 2. Evolução da população municipal: 2002 a 2020



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estima Pop (2020).

Observando os dados da Figura 2, verifica-se uma tendência de decréscimo da população no município a partir de 2008, quando passa de 5.775 pessoas para 5.080 pessoas em 2020, ou seja, uma redução de 12,03% no período. O decréscimo do número de habitantes entre 2002 a 2020 foi de 13,80%.

2.2. Apresentação e análise da economia municipal

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), “O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia”.

² De acordo com PESSOA (2017), o Valor Agregado Bruto ou “Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região”.

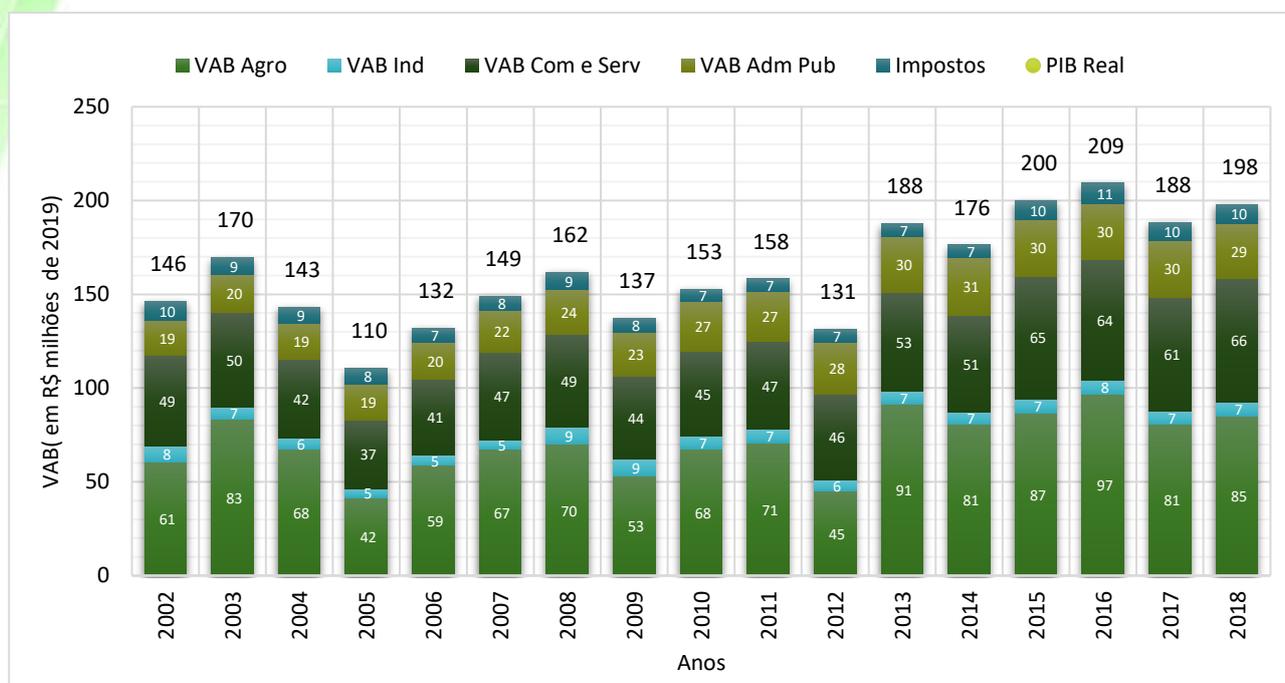
³ Segundo Mankiw (2015), “o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média”.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Pode-se verificar na Figura 3, que entre 2002 e 2018, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 146 milhões para R\$ 198 milhões, ou seja, um acréscimo de 35,68%. Verificam-se alguns momentos de redução do PIB real, como é o caso de 2005, 2009 e 2012, quando o montante se reduziu para R\$ 110; R\$ 137 e R\$ 131 milhões de reais, respectivamente.

Observa-se que, em termos médios no período, os setores que mais contribuem para a formação do PIB são os setores comércio e serviços com 48% do Valor Agregado Bruto (VAB), seguido pela indústria com 19% do VAB. A administração pública, em terceiro lugar com 12% e agropecuário com 11%.

Figura 3. Evolução do Valor Agregado Bruto Real do município: 2002 a 2018

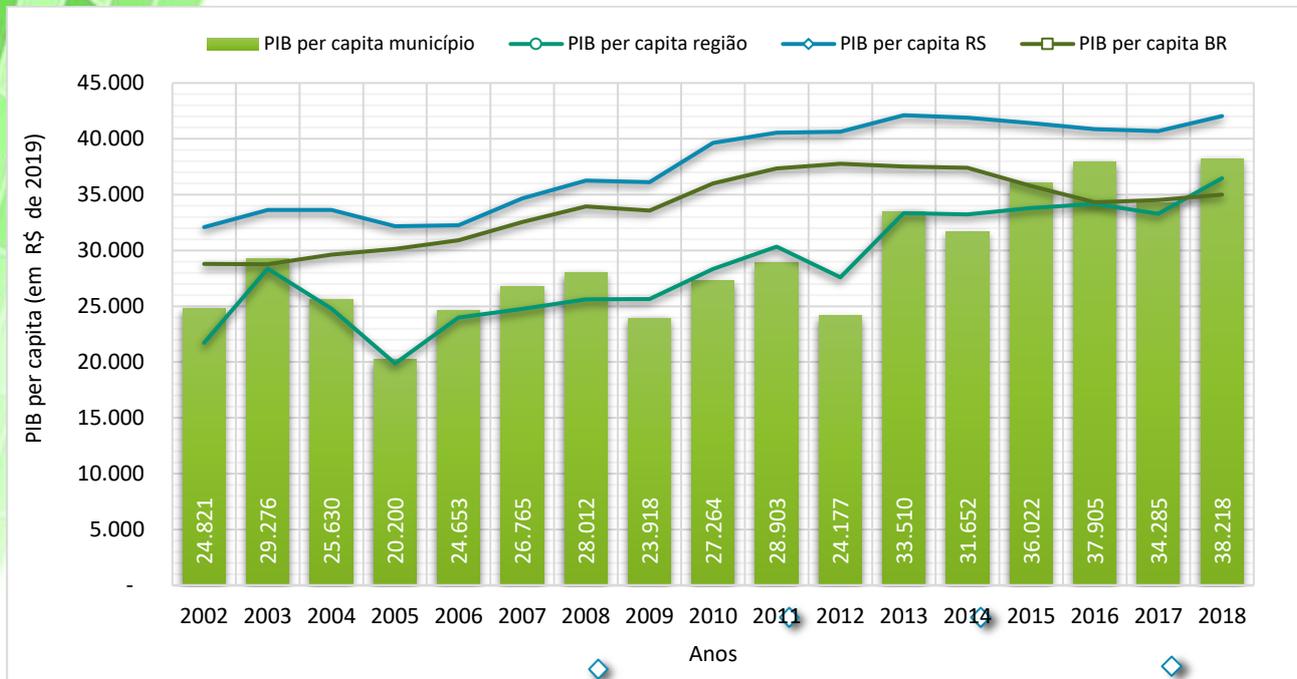


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

A partir da Figura 2, observou-se um decréscimo populacional de 5.893 habitantes em 2002 para 5.080 habitantes em 2018, ou seja, um decréscimo de 13,80%. Neste contexto, o aumento do PIB per capita do município se deve pelo aumento do PIB na ordem de 35,62% e da redução da população, que proporcionou um aumento do PIB *per capita* na ordem de 53,97% no período de 2002 a 2018, ou seja, de R\$ 24821 para R\$ 38.218, respectivamente, conforme a Figura 4.

Pode-se perceber, ainda na Figura 4, que o PIB *per capita* do município em alguns anos fica abaixo do PIB *per capita* da região, como 2009 a 2012 e 2014.

Figura 4. Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* (em R\$ de 2019) do município, da região de atuação da Sicredi Produção no RS, do estado do RS e do Brasil: 2002 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

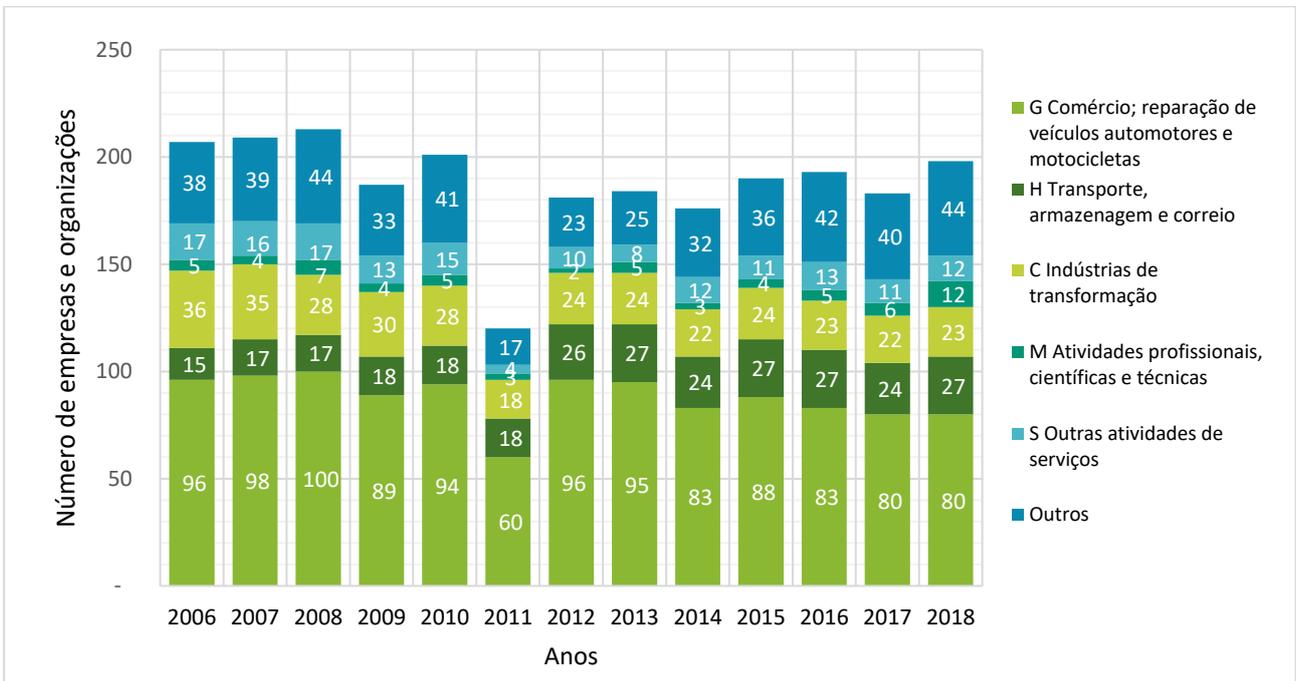
Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas que empregam de 0 a 4 empregados, 172 empresas, que juntas representam mais 86,87% das empresas do município no ano de 2018. Nesse mesmo ano, 26 empresas (13,13%) empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 21 empresas situavam-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 5.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2020).

Figura 6. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Cadastro Central de Empresas (2020).

Observando a Figura 6, podemos verificar que o segmento de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas agregou o maior número de empresas em 2018 (80 empresas,

equivalente a 40,40% do total), embora entre 2006 a 2017 é possível observar dois segmentos de redução de empresas neste setor, 96 para 60 entre 2006 e 2011 e 96 para 80 entre 2012 e 2018, ou seja, redução de 37,50% e 16,67% nos respectivos períodos. Observa-se um aumento do número de empresas na categoria Transporte, armazenagem e correio de 80%, saindo de 15 empresas em 2006 para 27 empresas em 2018, sendo que, em 2018, representou 13,11% do total de empresas no município.

Indústria de transformação teve uma redução de 36 empresas para 22 empresas no período de 2006 a 2017, representando um decréscimo de 38,89%. Essa categoria representou 13,64% do total de empresas do município no ano de 2018.

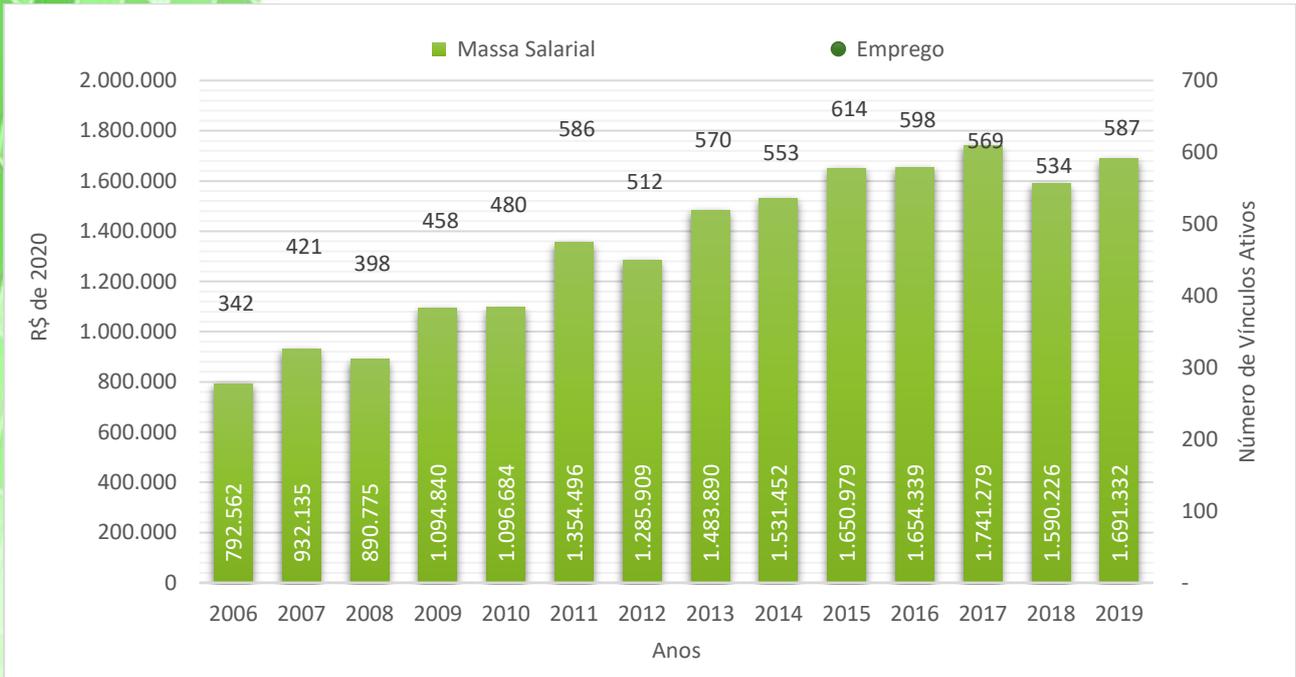
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

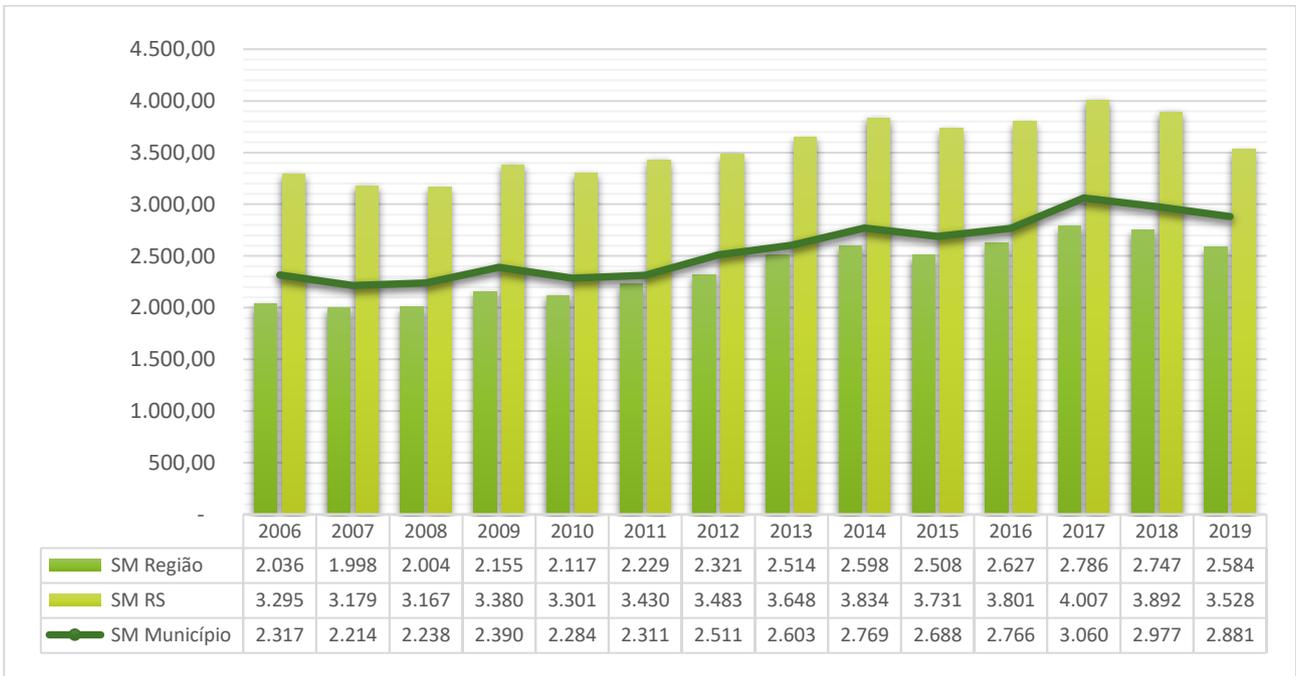
A partir da Figura 7, observa-se que o município tem experimentado uma crescente no número de empregos e da massa salarial, partindo de 342 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 792.562/mês em 2006 para 587 postos de trabalho, com um total de remuneração de R\$ 1.691.332/mês em 2019. Isso representa um acréscimo de 71,64% para os postos de trabalho e 113,40% de crescimento para a remuneração.

Figura 7. Número de empregos formais e remuneração: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Figura 8. Remuneração média (em R\$ de 2020) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2018

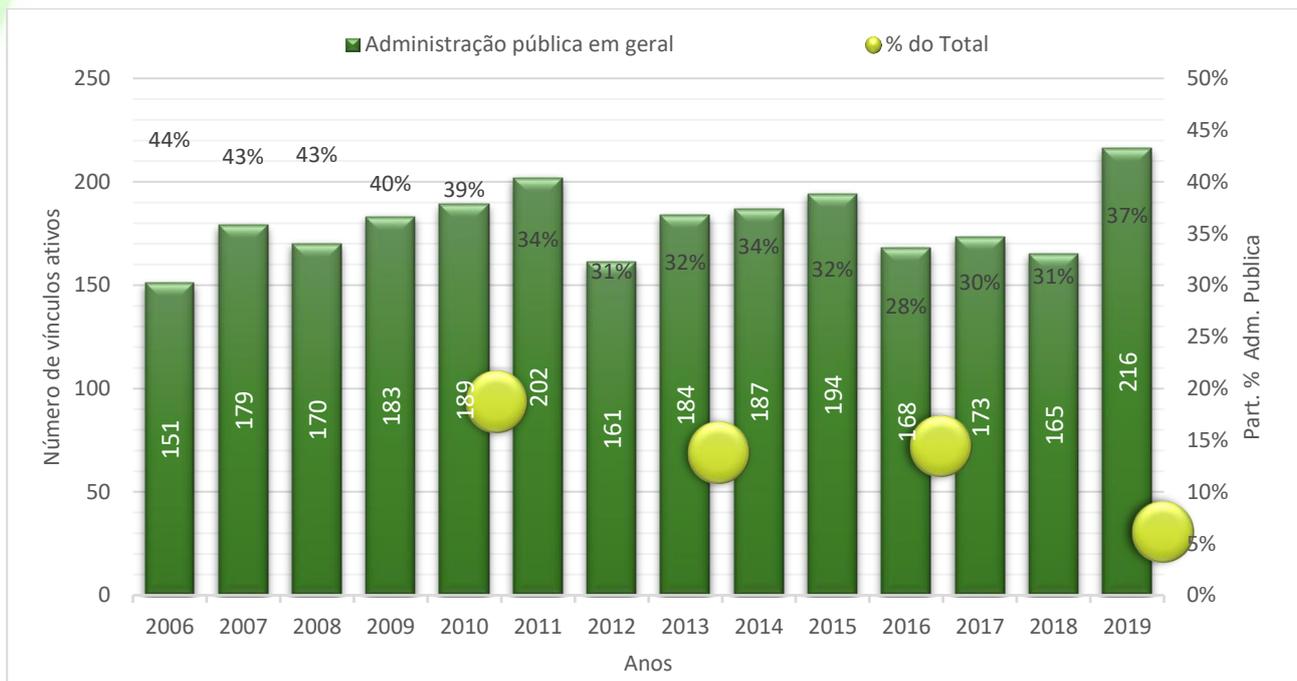


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

A Figura 8 demonstra a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 2.317 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.881 em 2019. Isso representou uma valoração de 24,34% nos salários médios praticados no município. Observa-se que, embora em alguns anos tenha ocorrido redução nos salários médios, como em 2007, 2010, 2015, 2018 e 2019, a tendência de aumento da magnitude dos salários médios é crescente.

A Figura 9 demonstra a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município. Observa-se que a participação dos empregos oferecidos pela administração pública no total de empregos do município é significativa, sendo que em toda a série histórica, gira entre 28% e 44%. Observa-se que há uma leve tendência na redução de participação da administração pública na geração de empregos no município, até 2016. A partir deste ano, a representatividade do setor público cresceu de 28% para 37%.

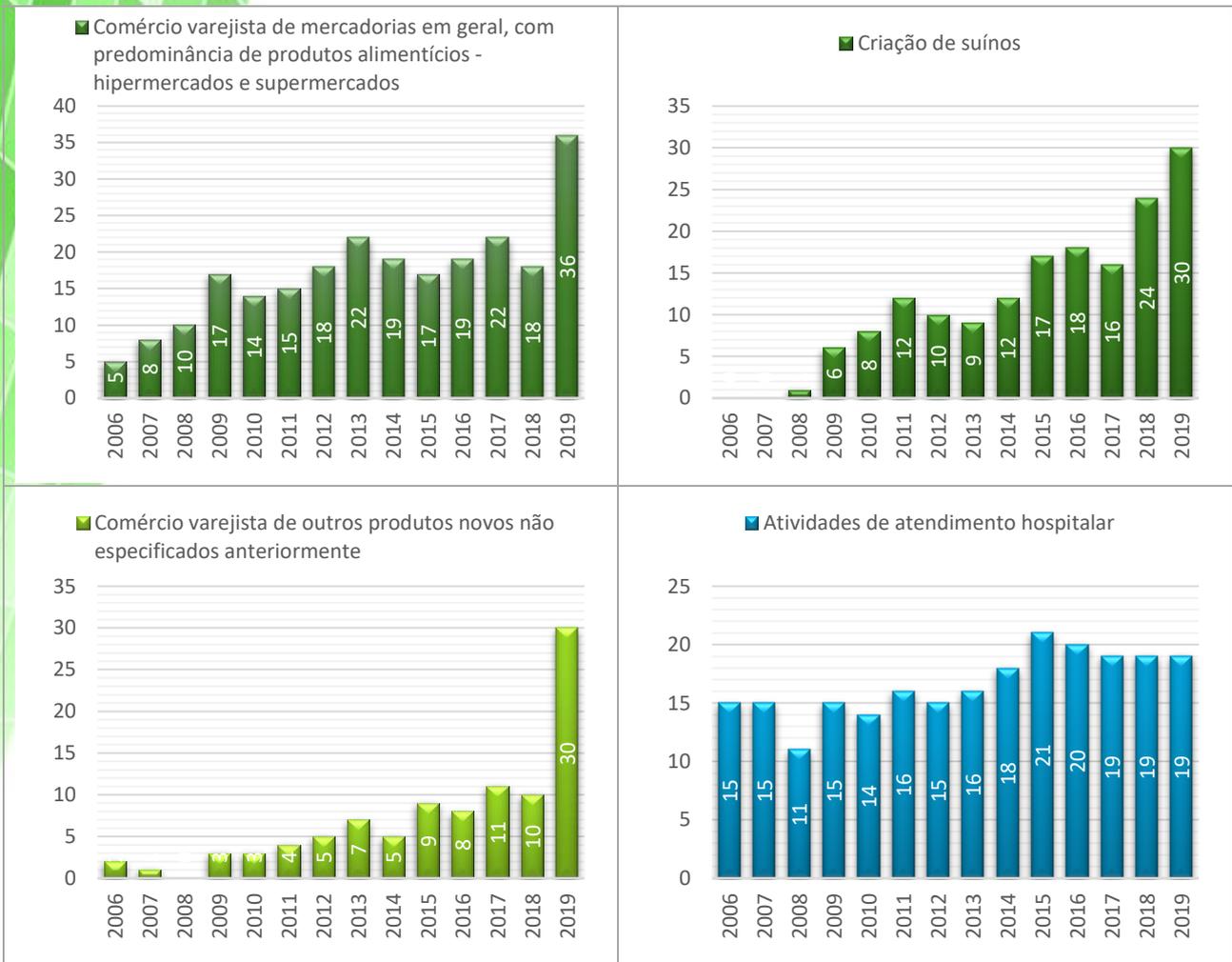
Figura 9. Número de empregos da Administração Pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

A Figura 10 apresenta o comportamento da geração de empregos por atividade econômica, concentrando-se no comércio varejista, na criação de suínos e atendimento hospitalar.

Figura 10. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Cerca de 72,66% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram cerca de 45,12% da área. 22,88% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 34,57% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 98,14% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 90,22% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: fev/2020

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	978	9.940,46	72,66	45,12
1-2	308	8.277,73	22,88	37,57
2-3	35	1.659,69	2,60	7,53
3-4	19	1.314,40	1,41	5,97
4-5	0	0,00	0	0
5-6	2	209,75	0,15	0,95
6-7	1	127,45	0,07	0,58
7-8	1	145,21	0,07	0,66
8-9	1	172,42	0,07	0,78
9-10	1	183,18	0,07	0,83
>10	0	0,00	0	0
Total	1.346	22.030,29	100,00	100,00

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

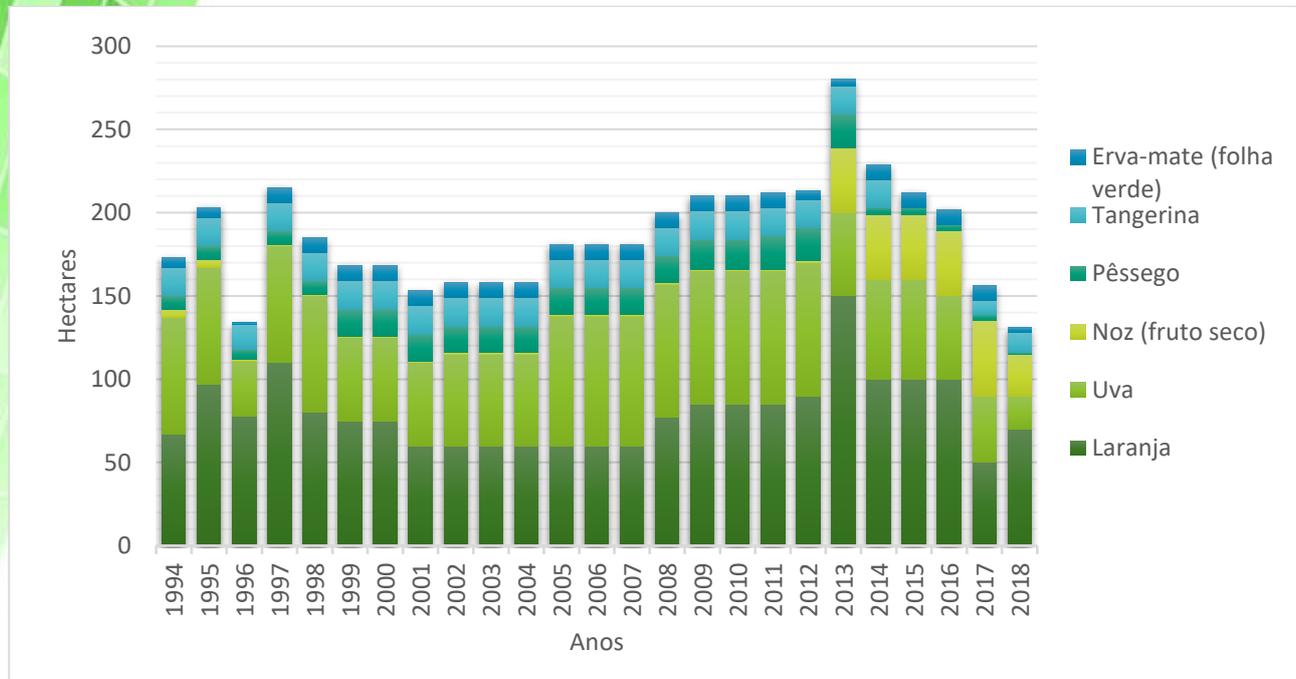
Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 295 hectares para culturas perenes e 14.244 para a lavoura temporária.

Podemos observar, no parágrafo anterior, que a área colhida de lavoura permanente não é o forte do município, pois as culturas permanentes representam 2,07% da área destinada às lavouras temporárias.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2020) sintetizada na Figura 11, mostra a área colhida de culturas de lavoura permanente no período de 1994 - 2018, onde fica evidente o decréscimo dessas culturas, com exceção da cultura da laranja que teve um acréscimo de 4,48% no período de 1994 a 2018. Destaca-se que essa cultura teve um pico de área em 2013, quando alcançou uma área de 150 hectares. A cultura do pêssego foi a que teve maior redução de área, 87,50%, partindo de 8 hectares em 1994 para 1 hectare em 2018. A segunda maior redução foi da cultura da uva com redução de área na ordem de 71,43%, partindo de 70 hectares em 1994 para 20 hectares em 2018. Erva-mate e noz-pecan tiveram redução de área na ordem de 50% e

35,9%, respectivamente. A Figura deixa evidente uma tentativa dos produtores de buscarem alternativas econômicas nas culturas permanentes ao longo de nossa série histórica, mas que, ao final, cederam, diminuindo as áreas colhidas.

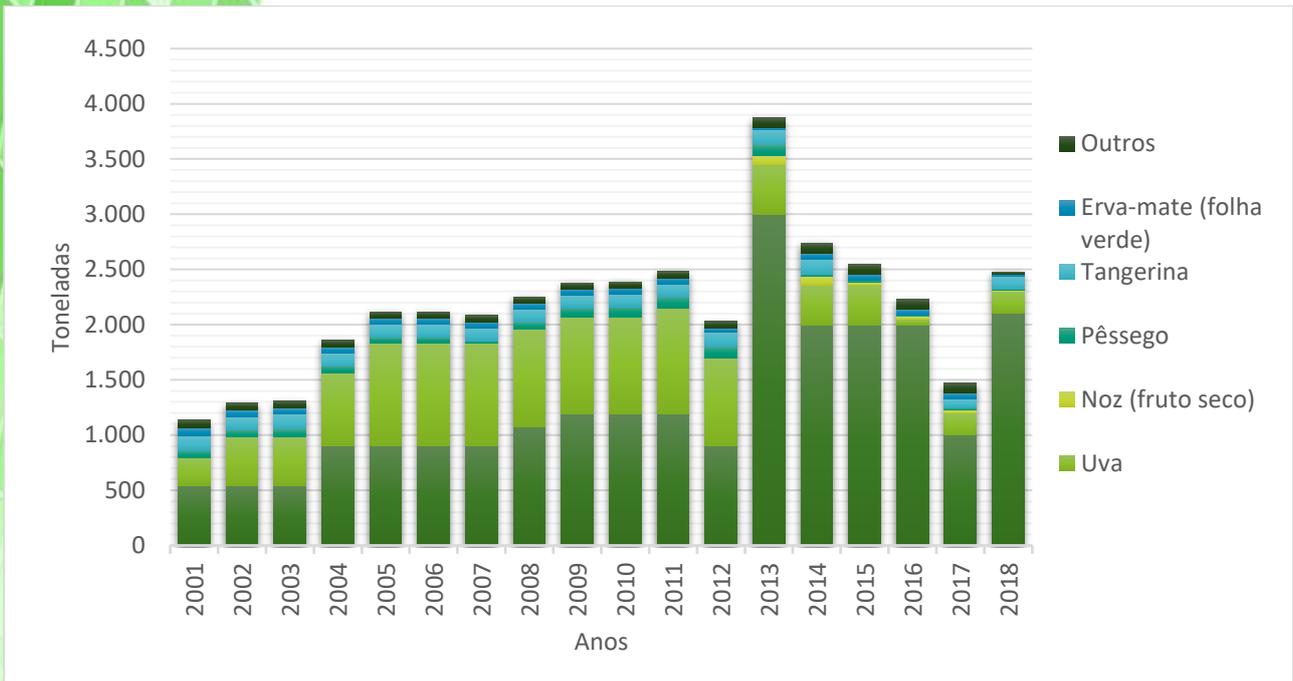
Figura 11. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

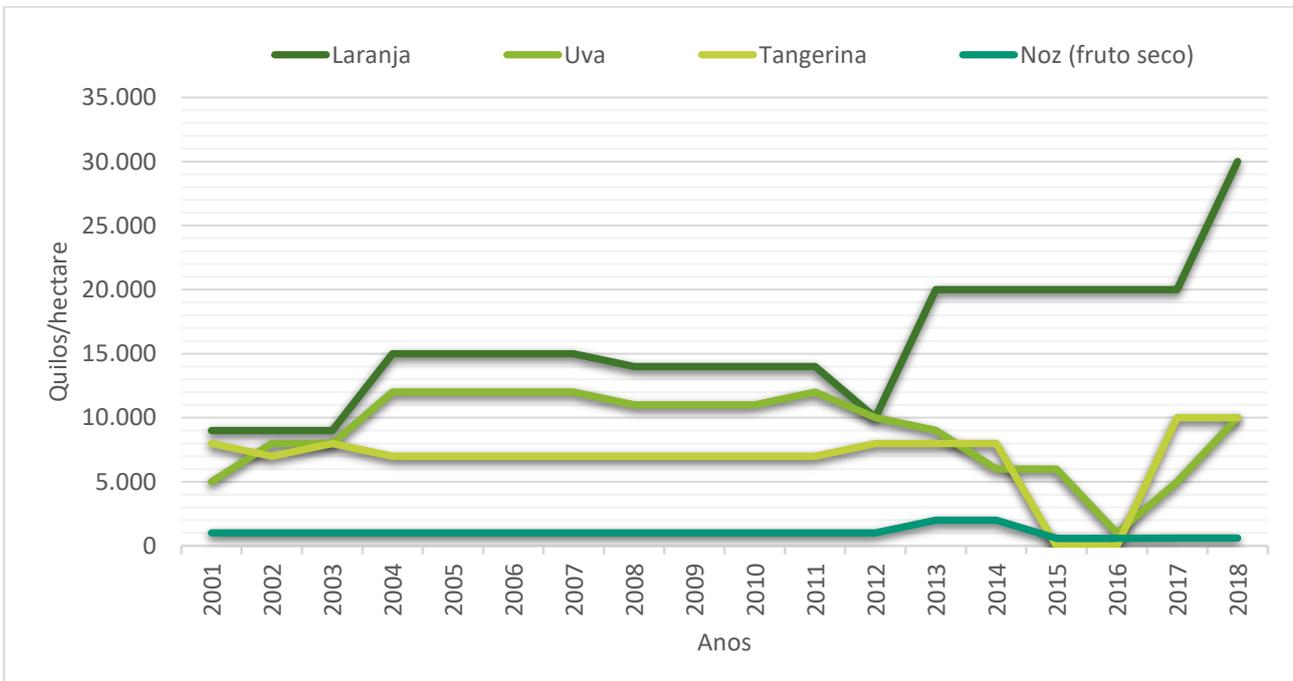
A Figura 12 apresenta a quantidade obtida das culturas permanentes, variável essa ligada diretamente à área cultivada. Observa-se que todas as culturas permanentes tiveram redução nas suas produções, sendo que pêssego e tangerina tiveram oscilação negativa superior a 90% entre 1994 a 2018. Erva-mate e noz pecan, tiveram redução ao redor de 80% e a uva reduziu sua produção em 61,9%.

Figura 12. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 2001 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Figura 13. Rendimento médio dap da pavoura permanente (quilos/hectare): 2001 - 2018



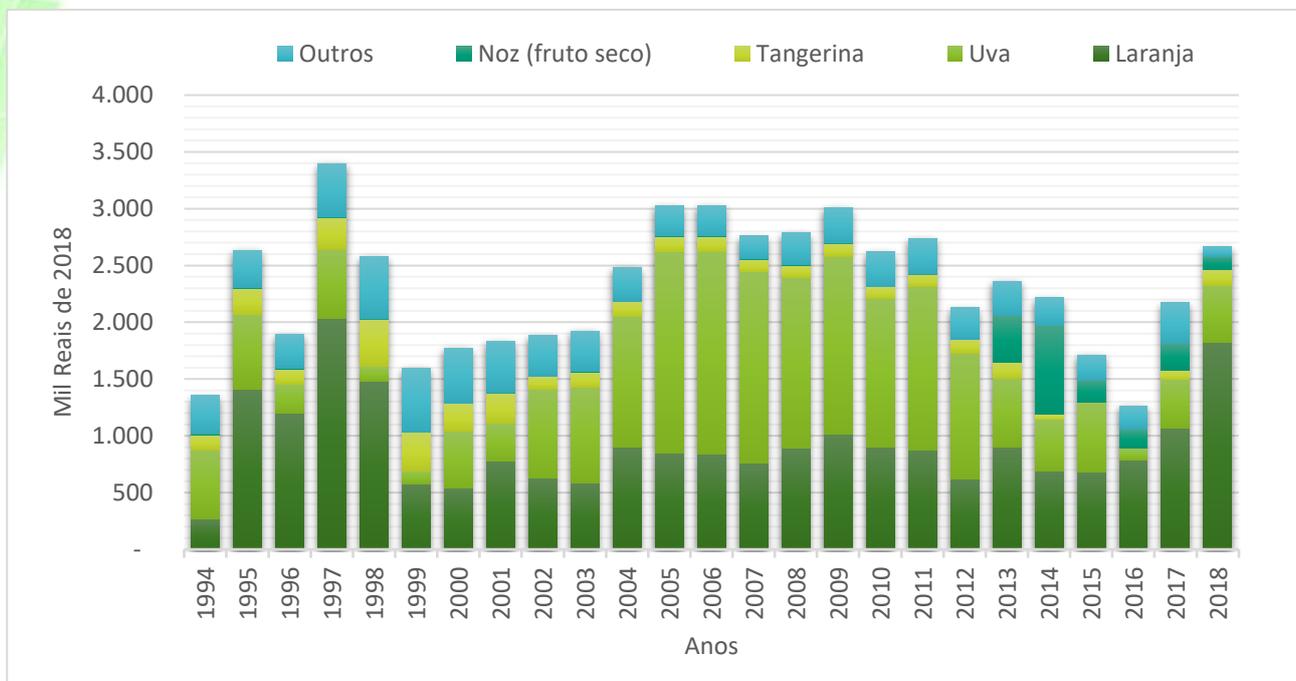
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

A Figura 13 apresenta o rendimento da produção da lavoura permanente e nesse sentido, evidencia que a produtividade das culturas da laranja, da uva e da tangerina aumentaram em

233,33%, 100% e 25%, respectivamente no período entre 2001 e 2018. Destaca-se que uva e tangerina experimentam uma redução nos rendimentos entre o período de 2011 e 2016, voltando a elevar-se a partir daí.

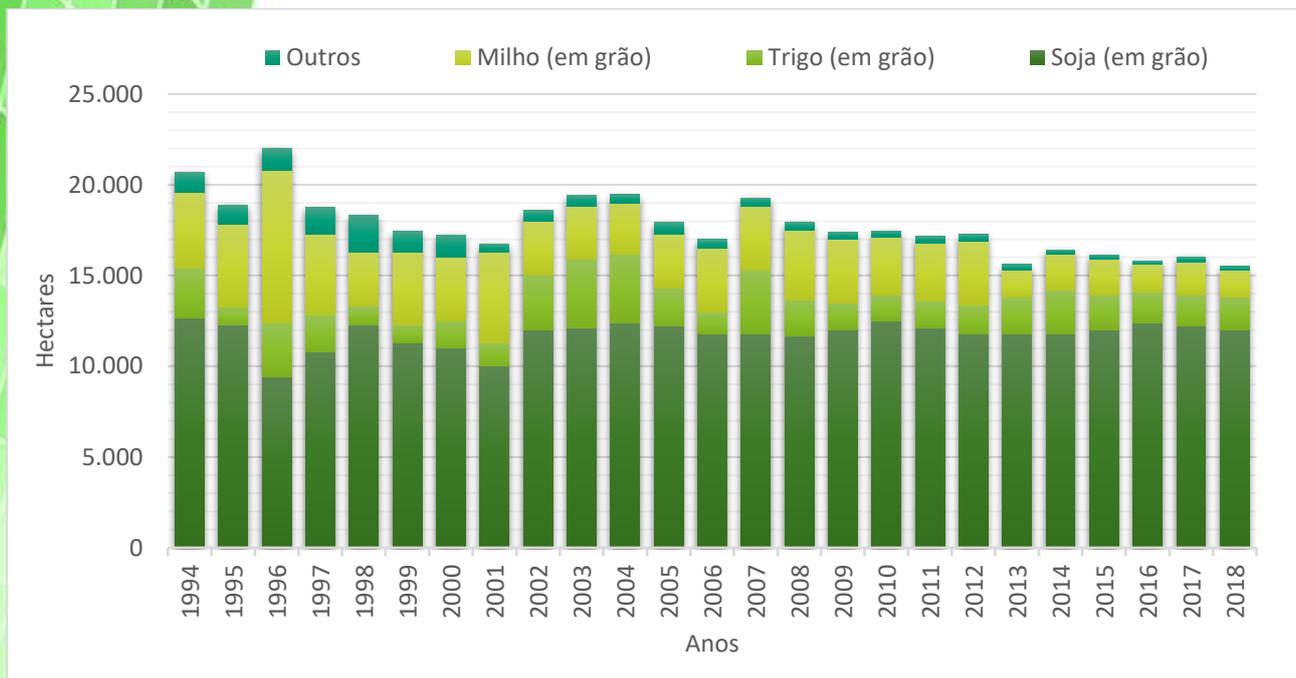
A monetização corrigida pelo IGP-DI (2018) da produção da lavoura permanente pode ser vista na Figura 14, derivando da quantidade produzida das culturas verificadas na Figura 12. Observa-se que as principais culturas descritas somaram um valor da produção de R\$ 57,846 milhões no período, o que representa uma média de R\$ 2,314 milhões por ano. A cultura da laranja, representou o maior valor médio no período, gerando R\$ 924 mil. O segundo maior valor médio gerado é da cultura da uva, com R\$ 834 mil, seguido da tangerina, com R\$ 149 mil.

Figura 14. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em termos de crescimento do valor da produção, a cultura da laranja, apresentou uma variação positiva de 590% entre 1994 e 2018, seguida pela tangerina com 3%. Nos-pecan e uva decresceram o valor da produção em 71% e 18%, respectivamente. Cabe destacar que o valor da produção da uva chegou em 2006 a R\$ 1,784 milhão, seguindo a partir daí uma trajetória de declínio.

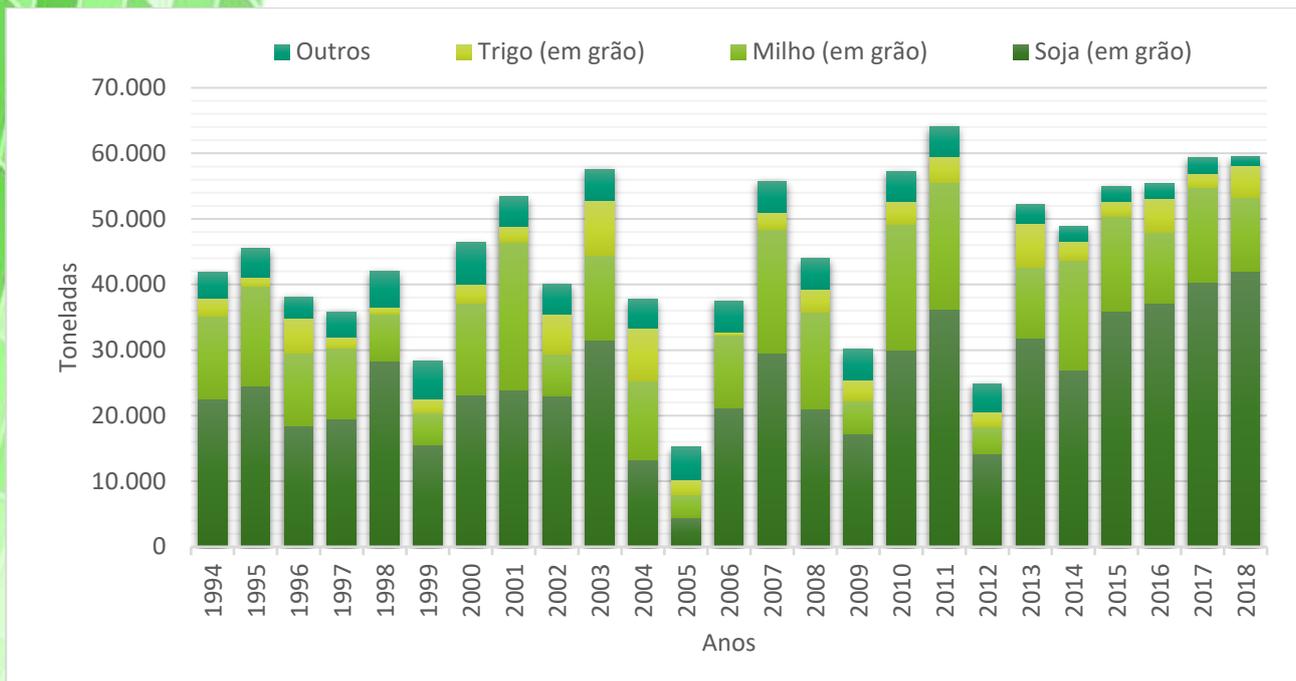
Figura 15. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar na Figura 15, que a soja, o milho e o trigo, se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas, com uma média no período de 11.770, 3.338 e 2.018 hectares, respectivamente. Todas as culturas temporárias apresentam uma tendência de queda na área plantada, sendo que o milho apresentou maior queda, com uma redução de 64,29%, seguido pelo trigo, com redução de 34,55%. Sublinha-se que o milho em 1996 teve uma área cultivada de 8.400 hectares. Já o trigo nos anos de 2003 e 2004 teve uma área de 3.800 hectares.

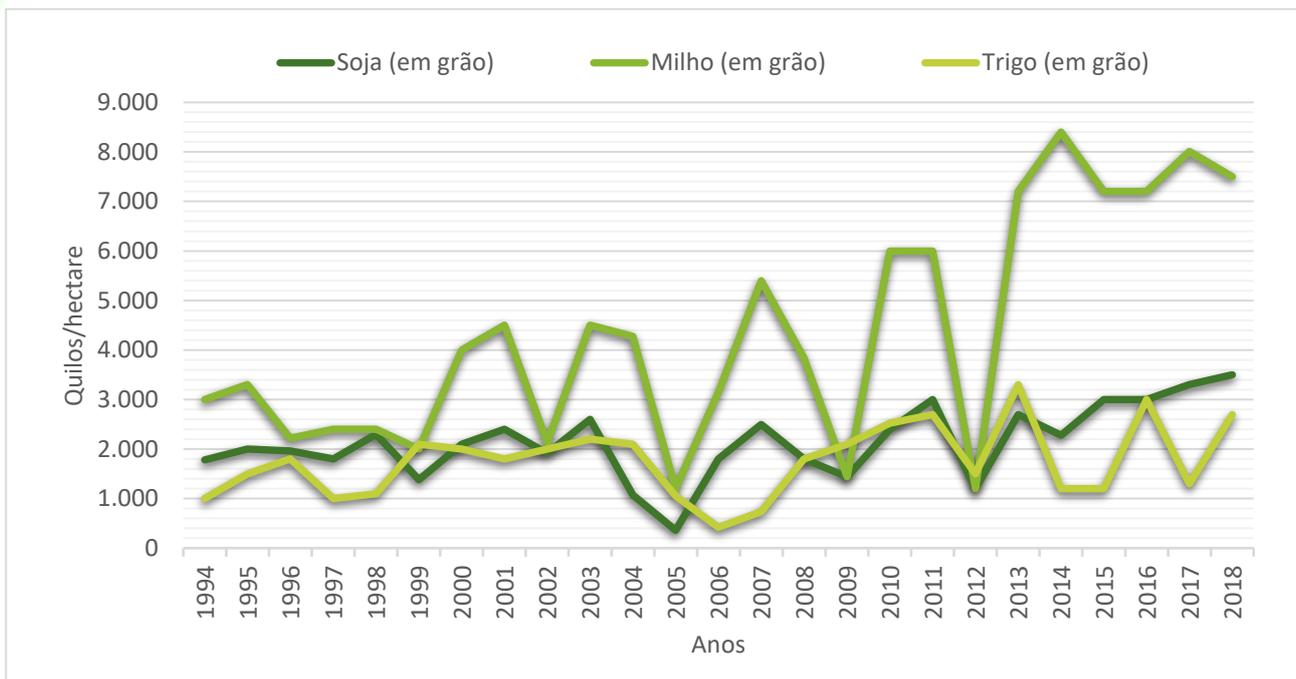
O produto das áreas produzidas das culturas temporárias, pode ser visualizado na Figura 16, onde se observa o crescimento da produção de soja que, em 1994, produziu 22.580 toneladas e em 2018 alcançou 42.000 toneladas, ou seja, uma variação de 86,01%. O trigo oscilou positivamente, 76,73%, de 2.750 toneladas em 1994 para 4.860 toneladas em 2018. A produção de milho reduziu no período em 10,71%, partindo de 12.600 toneladas em 1994 para 11.250 toneladas em 2018. Em termos de média de produção por ano, a soja produziu 25.274 toneladas, o milho 12.162 toneladas e o trigo 3.522 toneladas.

Figura 16. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Figura 17. Produtividade de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018

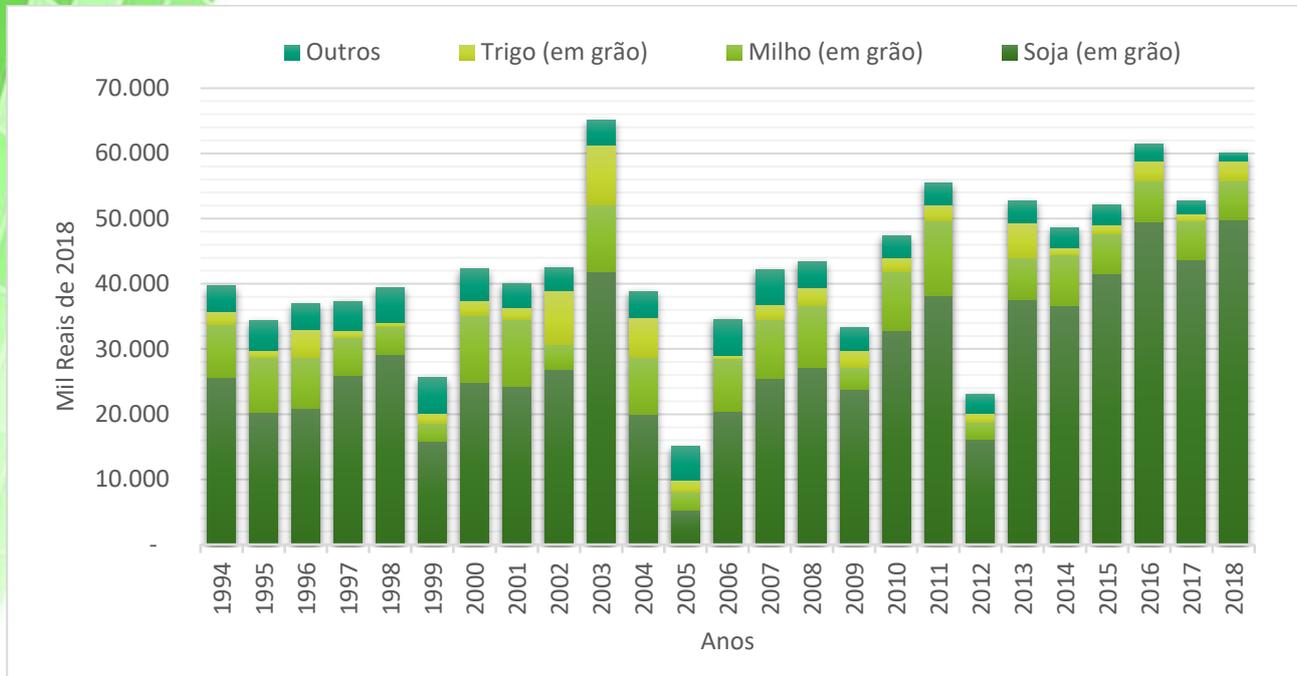


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em termos de produtividade das culturas temporárias, observa-se na Figura 17, que a cultura do milho obteve as maiores produtividades absoluta e média em relação as demais culturas, com uma média de produtividade de 4.338 quilos por hectare. Já as culturas da soja e do trigo, tiveram uma média no período de 2.144 e 1.765 quilos por hectare, respectivamente. Em termos

absolutos, o trigo teve um aumento da produtividade de 170% entre 1994 e 2018. Já o milho e a soja evoluíram a suas produtividades entre 1994 e 2018 em 150% e 96,19%, respectivamente.

Figura 18. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

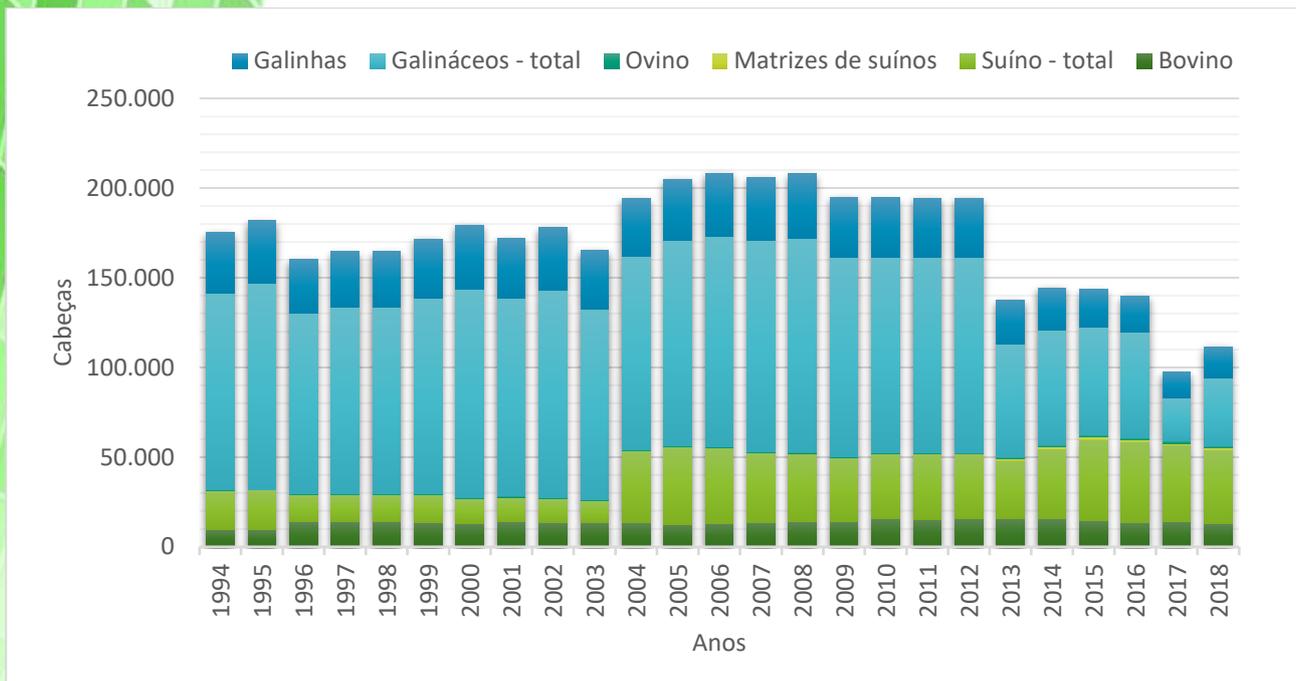


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em termos reais, é possível observar, a partir da Figura 18, que o valor global da produção da lavoura temporária alcançou cerca de R\$ 39,652 milhões em 1994 e no ano de 2018 elevou para R\$ 60,119 milhões. Neste período, a cultura da soja foi a principal responsável pelo valor da produção, com uma média de R\$ 28,940 milhões. Seguido pelo milho cujo valor médio no período foi de R\$ 7,002 milhões e o trigo com R\$ 2,774 milhões.

Observando a evolução do valor da produção da soja, verifica-se que houve um aumento de 94,69% do ano de 1994 em relação a 2018. Já a cultura de trigo proporcionou uma evolução de 58,85% e o milho uma redução de 27,66% em relação ao mesmo período.

Figura 19. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1994 - 2018

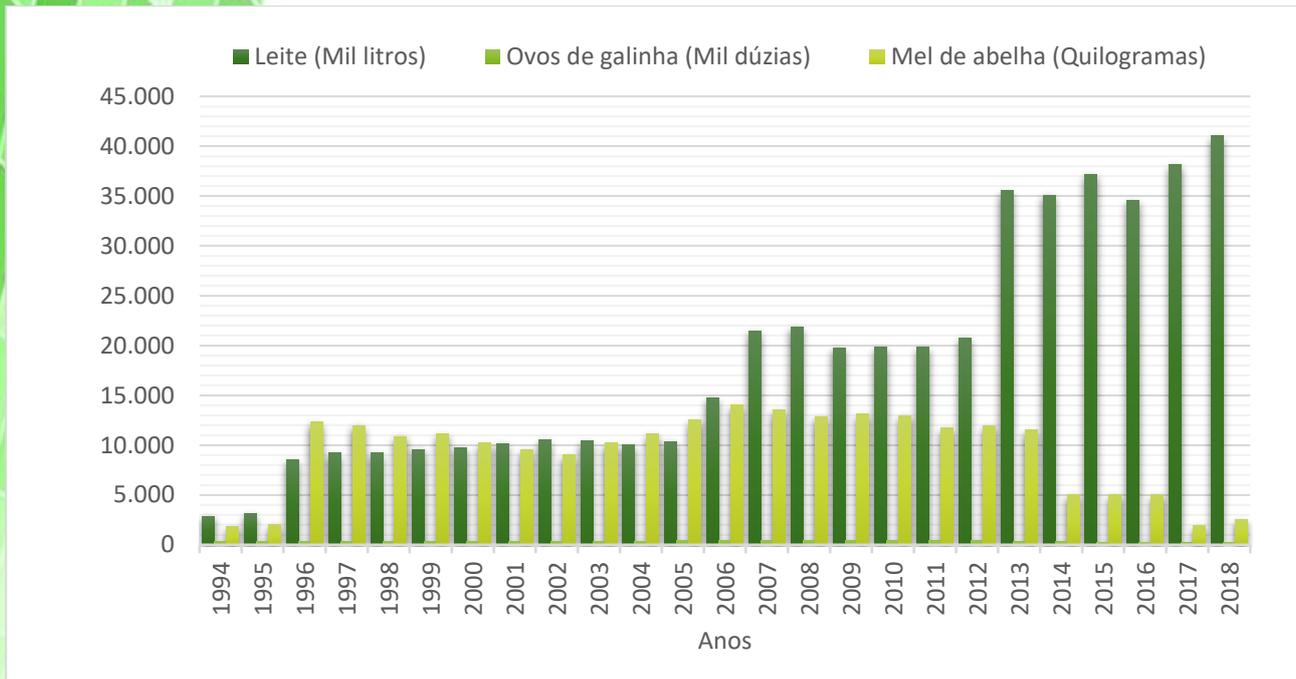


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Outro importante componente da produção primária do município foi a produção pecuária. Neste segmento, a Figura 19 mostra um crescimento das criações desde 1994 até 2018, com exceção dos galináceos e galinhas, que tiveram uma redução de 65,66% e 48,68%, respectivamente, do efetivo do rebanho. Ovinos foi a criação que mais evoluiu no período, 616,5%, seguido pelos suínos que cresceu 87,13%. A criação de bovinos teve uma majoração da ordem de 35,60%. Embora o crescimento relativo dos ovinos seja expressivo, o número absoluto não é significativo, tendo em vista que em 2018 o efetivo era de 1.433 animais. Suínos tem apresentado uma trajetória de significativa em termos absolutos, contanto em 2018 com um plantel de 40.888 animais.

Tendo por base a Figura 20 é possível observar que, em 1994, o município produziu 2,876 milhões de litros de leite e em 2018 passou a ser produzido 41.043 de litros, o que significou um aumento de 1.327,09% no período. Outra categoria de produto animal que teve crescimento foi a produção de mel, que em 1994 era de 1.800 quilos e passou para 2.500 quilos em 2018, representando um crescimento de 38,89%. A produção de mel teve um pico em 2006, quando alcançou 14.000 quilos. A produção de ovos apresenta um comportamento de queda de 31,88% no período, partindo de 320 mil dúzias em 1994 para 218 mil dúzias em 2018.

Figura 20. Produção animal: 1994 - 2018

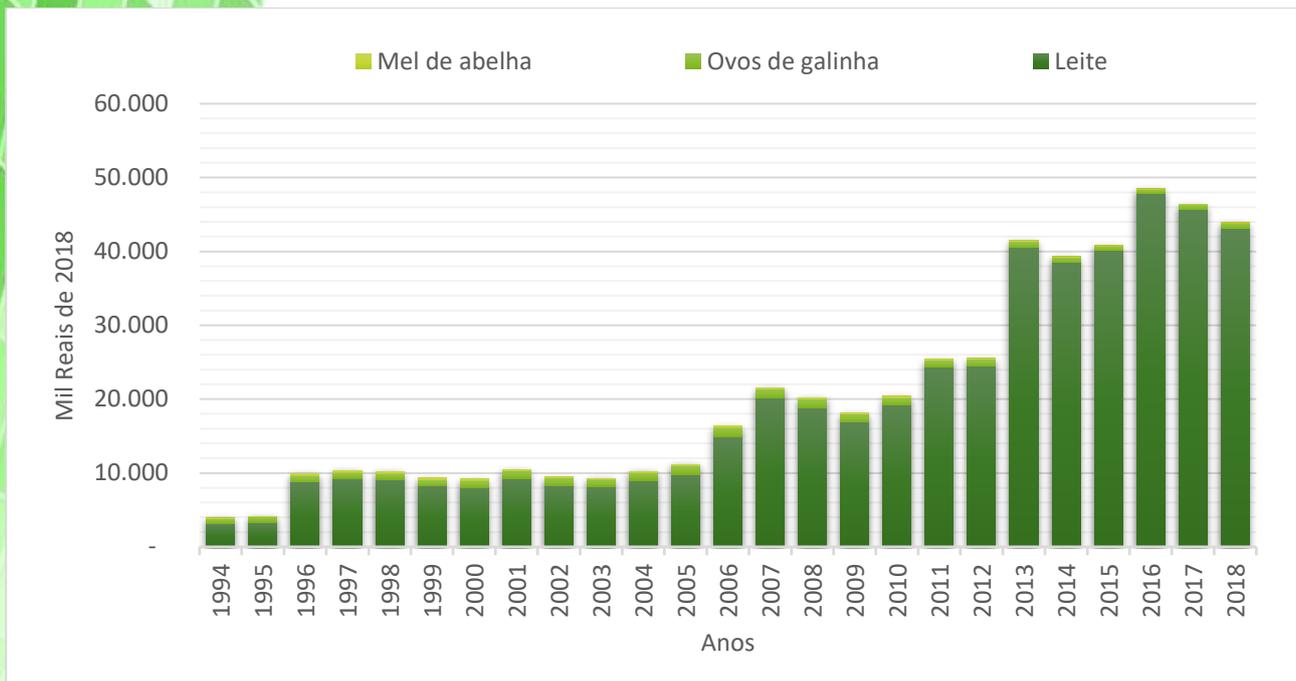


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Observando a Figura 21, pode-se ter noção sobre o comportamento do valor da produção animal no município. No que diz respeito ao valor da produção de leite, no ano de 1994 verificou-se o resultado de R\$ 3,157 milhões evoluindo positivamente para R\$ 43,095 milhões em 2018, o que representou um crescimento de 1.265%. O valor da produção do mel teve um comportamento crescente, iniciando em 1994 com um valor de R\$ 26 mil, chegando em 2018 com o valor de R\$ 45 mil, sendo verificado um pico em 1997, quando o valor chegou a R\$ 288 mil.

O valor da produção de ovos de galinha em 1994 apresentou um montante de R\$ 704 mil, chegando em 2006 ao pico, quando o valor atinge R\$ 1.237, iniciando-se uma trajetória de redução no valor da produção de ovos, até o ano de 2018 quando chega a um valor de R\$ 763 mil, representando uma redução de 8% de no período de 1994 a 2018.

Figura 21. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

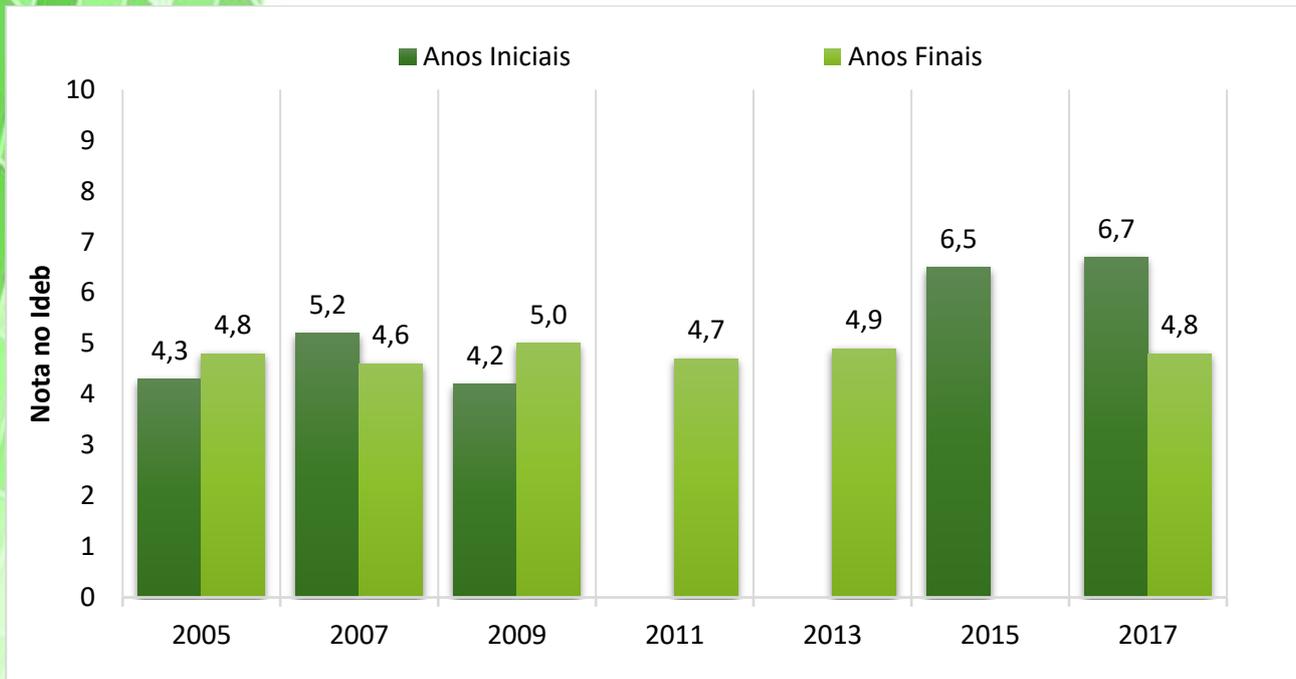
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foram selecionados um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 99,1%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 503 matrículas no ensino fundamental e 140 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 53 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 29 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 4 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

Figura 22. IDEB das escolas do município de Rondinha/RS: 2005 a 2017



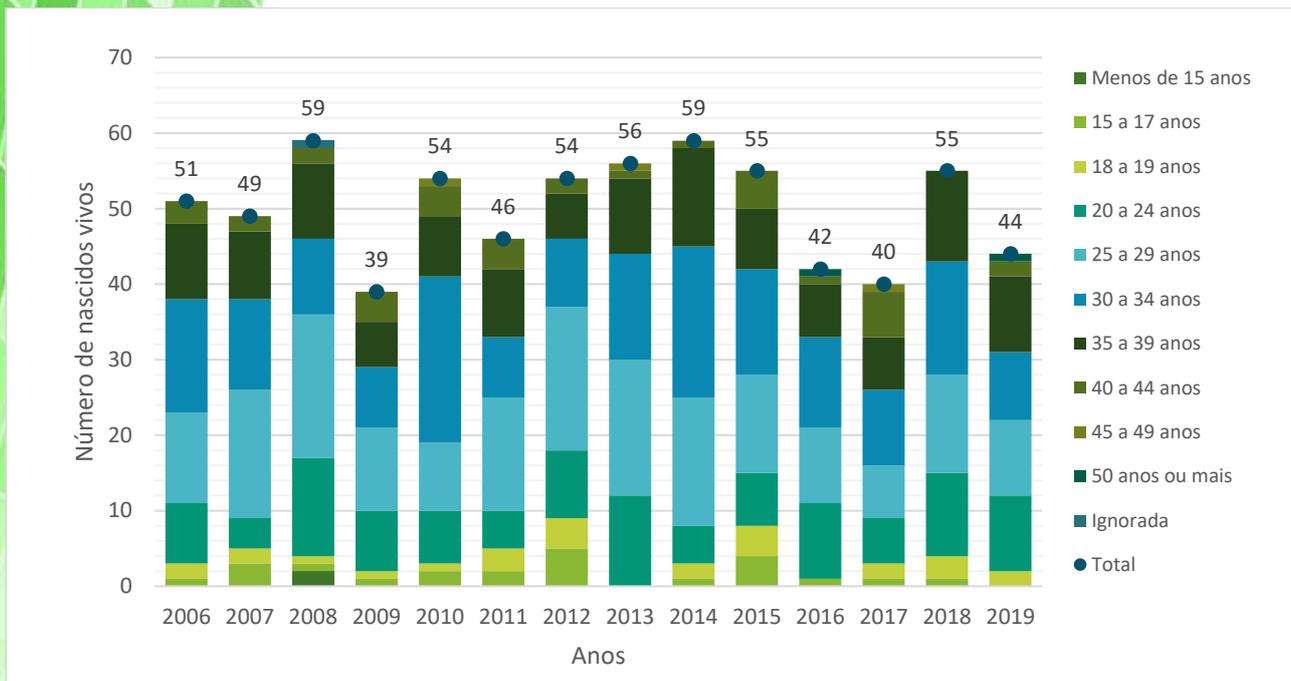
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Cidades (2020).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresentou evolução de 2005 a 2017. Observa-se que o IDEB dos anos iniciais parte de 4,3 em 2005 para 6,7 em 2017, sendo verificada uma queda no ano de 2009. O IDEB dos anos finais, apresenta estabilidade, partindo de 4,3 em 2005 para chegar em 2017 com índice de 4,8, conforme é possível observar na Figura 22.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

A partir da Figura 23, podemos observar que em toda a série histórica compreendida entre 2006 a 2019, foi observado 2 casos de maternidade com mulheres de menos de 15 anos. Se considerarmos mães com menos de 18 anos, teríamos 23 casos, o que representa 3% do total de nascimentos no período de 2006 a 2019. Por outro lado, neste mesmo período, foram registrados 40 partos de mães com mais de quarenta anos, o que representa 6% dos nascimentos nesse período.

Figura 23. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Rondinha/RS: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

As duas maiores faixas etárias de parto se dão com mulheres de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos, respectivamente, totalizando nas duas categorias 349 partos no período analisado.

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 não foram registradas mortes infantis, enquanto que “A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 16.67 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1.6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 497 e 140 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 1802 de 5570, respectivamente” (IBGE, 2020).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

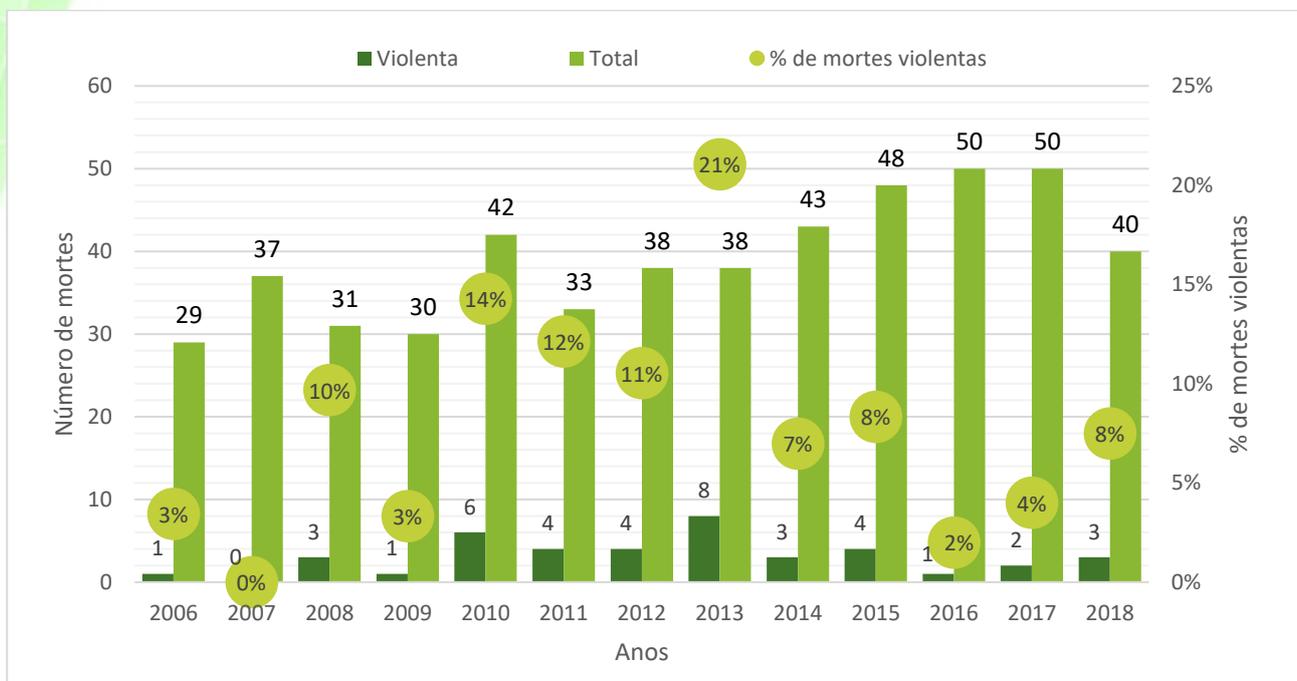
Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o percentual de mortes violentas nos anos de 2006 e 2018 (pontos extremos) foi de 3% e 8%, respectivamente.

Em 2013 chegou a alcançar o patamar mais alto (21%), em contrapartida, no ano de 2007 não foram registradas mortes violentas no município.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2006 com 29 mortes, porém 3% destas foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu nos anos de 2016 e 2017, com 50 mortes. Sendo que 2% e 4% foram os percentuais de mortes violentas nos referidos anos, respectivamente.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 509 óbitos, dos quais 40 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 24.

Figura 24. Óbitos, por natureza, em Rondinha/RS: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 1% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2020).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

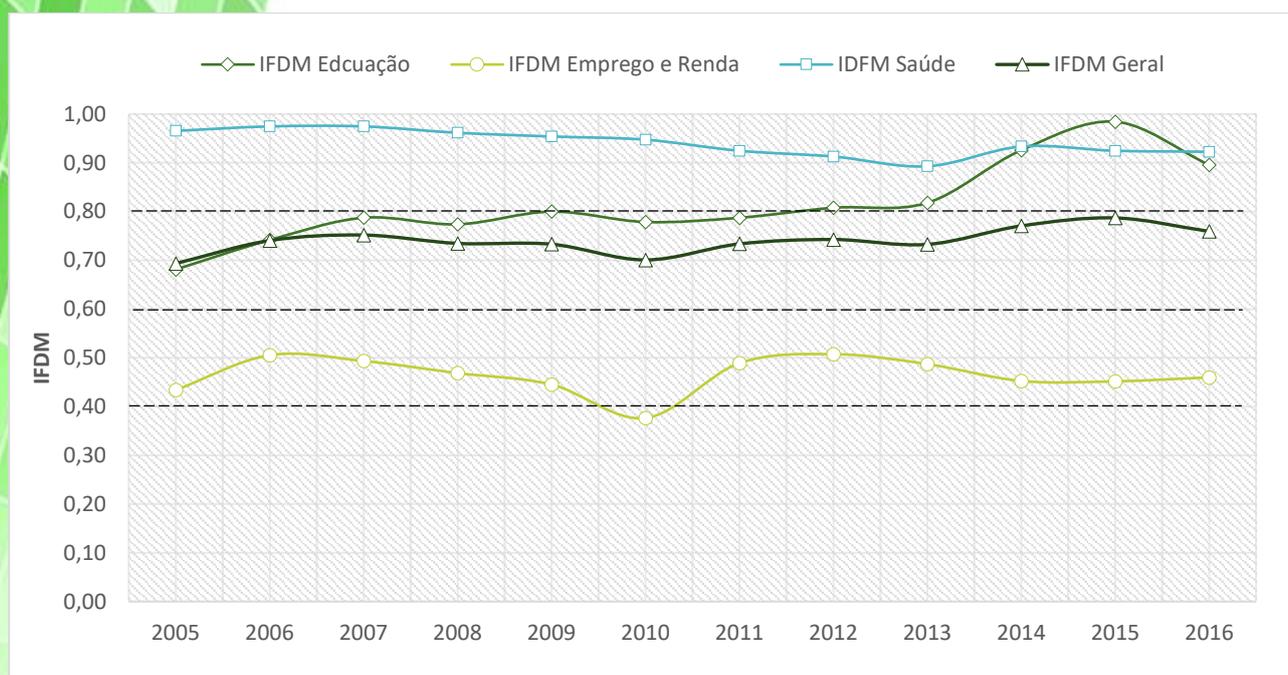
Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Figura 25. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Neste sentido, de acordo com a Figura 25, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016 com índices médios no período de 0,94 e 0,82, respectivamente. Por outro lado, a área relativa ao emprego e renda obteve o menor índice, de 0,46, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local. O IFDM geral médio é de 0,74.

Quando analisado o ano de 2016, podemos verificar o IFDM da saúde, da educação, do emprego na ordem de 0,92; 0,90 e 0,46, respectivamente. O IFDM geral nesse ano é de 0,76, o que coloca o município como apresentando um moderado estágio de desenvolvimento.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 25.223,50 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 22.030,29 hectares. Destes, cerca de 10,33% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 13,8% como Reserva Legal e 81,27% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: fev/2020

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	25.223,50	
Número de imóveis rurais	1.346	
Área total dos imóveis rurais	22.030,29	87,34
Área média:	16,37	
Área mínima/máxima:	0,56 / 183,18	
APP	2.274,88	10,33
APP - Recomposição	71,58	0,32
Reserva Legal	3.039,66	13,8
Vegetação Nativa	3.397,59	15,42
Servidão Administrativa	201,03	0,91
Área Consolidada	17.903,37	81,27
Banhados	21,31	0,1
Número de Nascentes	146	0
Uso Restrito	0,30	0
Hidrografia	259,44	1,18
Topo de Morro	1	0
Áreas: Não Declarada - Outras	3.193,21	12,66

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Conforme se observa na Tabela 5, dos 1.346 imóveis rurais, cerca de 71,84% mantém APP, 9,88% declararam ter olho d'água, 90,04% tem reserva legal e 90,04% contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: fev/2020

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	967	2.346,46	379	71,84	28,16
Área Consolidada	1.322	17.903,37	24	98,22	1,78
Banhado	28	21,31	1.318	2,08	97,92
Hidrografia	942	161	404	69,99	30,01
Nascente olho d'água	133	0	1.213	9,88	90,12
Reserva Legal	1.212	3.039,66	134	90,04	9,96

Servidão Administrativa	862	201,03	484	64,04	35,96
Uso Restrito	1	0,3	1.345	0,07	99,93
Vegetação Nativa	1.212	3.397,58	134	90,04	9,96
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – RONDINHA					
Número Total de I.R. :	1.346	22.030,29			
Área Total do Município:		25.223,50			
% Área declarada/Área Município:		87,34			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O futuro de um povo, seja nos contornos de um país, estado ou município está nas mãos de seus cidadãos, de ninguém mais. Nas ações que por eles são eleitas e postas em prática, estão as forças capazes de dar movimento, sair da inércia, de construir uma estrada capaz de promover melhores condições, por mais desafiadoras que possam ser as condições. Essas ações podem se caracterizar por maior complexidade, como participar de um processo eleitoral imbuído de seu dever cívico para com a comunidade, como outras menores, mas não menos importantes, como, por exemplo, colaborar na manutenção da limpeza dos seus espaços sociais. É na interação do privado, o meu, com o público, o nosso, que se encontra o amálgama capaz de efetivamente construir a estrada.

Não há dúvidas de que ações de governos são importantes nesse processo, mas fazendo parte de nós, não como um agente único e responsável unitário pelo desenvolvimento de um povo, mas como um ente interativo, que tem na solidez das relações sociais de sua população a inspiração para liderar o processo. Em resposta, a sociedade, vislumbrando o comprometimento de seus governantes, engaja-se solidariamente em prol do desenvolvimento do seu espaço de convívio.

Melhorar as condições de vida de forma a gerar felicidade é a força que move um povo e, quando não há essa motivação, tem-se a inércia, a incapacidade de ver o futuro. A resposta a esta situação pode emergir da mobilização da sociedade, que, por meio de movimentos de seus integrantes, em pequenos ou grandes grupos, mobiliza os esforços no sentido de alcançar um objetivo comum. No entanto, para que isso se verifique, faz-se necessário o resgate de conceitos que outrora eram comuns nas dinâmicas sociais, a valorização dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Nesse sentido, Raj Sisodia (2019) resgata de Daniel Pink, a ideia de que haja complementação das habilidades que concentram alta tecnologia (*high-tech*) com habilidades de alto conceito e alta sensibilidade (*high touch*). A ideia de alto conceito e sensibilidade envolveria o desenvolvimento de competências para gerar “beleza” emocional que harmonize os indivíduos de modo a perceberem oportunidades. Apoiados em ambientes positivos, esses indivíduos articulariam ideias que muitas vezes poderiam nem estar relacionadas, mas, uma vez articuladas, resultam em situações para além do imaginado.

Raj (2019), debruçado sobre as ideias de Pink (2005), destaca que ainda hoje a percepção hegemônica à continuidade dos negócios passa por um certame de números, cujo modelo esgota-se paulatinamente, abrindo espaço para um ambiente onde os aspectos qualitativos ganharão mais espaço nos contextos empresariais. Cita o amor como, quiçá, o mais poderoso dos fatores qualitativos, que tornam empresas mais humanizadas, sendo “... um profundo, sensível, inefável sentimento de afeto que ocorre da empresa para o stakeholder e de volta para a empresa (p.7)”. Raj percorre diversos autores, como James Autry (*Love and Profit*) e Kevin Robert (*Lovermarks: O futuro além das marcas*), os quais são unânimes no destaque do amor como elemento de sucesso para “empresas humanizadas”. Porém, dentre esses, destacamos Tim Sanders (*O Amor é a Melhor Estratégia: uma nova visão de sucesso e Realização Profissional*) no qual Raj Sisodia sublinha trecho da obra em que Sanders afirma não encontrar nada mais alteroso do que o amor, tendo inclusive dificuldade de conceituá-lo, mas sintetizando como “**promoção altruísta do crescimento do outro**”.

Raj, ao citar Kevin Robert (2005), destaca um trecho de seu livro, na página 49, o qual nos salta aos olhos, quando Robert diz “... O amor é sempre uma mão dupla”. John Mackey (2018), ao tratar da empresa que fundou, a “*Safer Way*”, afirma que a lição de maior significado foi a de que “... as empresas não se baseiam em exploração ou coerção, mas em cooperação e trocas voluntárias. As pessoas fazem negócios voluntariamente, a fim de obter ganho mútuo.”

Raj (2019) sintetiza essa nova proposta paradigmática cunhando a expressão “*firms of endearment*”, ou firma humanizada, que, de forma resumida, trata-se de uma empresa cujas relações com os *stakeholders* se baseia no afeto, e nas quais os interesses de todos são alinhados estrategicamente. Não há benefício em detrimento de outros e a prosperidade alcança a todos, afastando-se do que Mackey (2018, p.17) citará como “jogo de soma zero”, no qual para alguém ganhar, outro terá que perder. Mackey (2018) destaca que essa concepção da soma zero gera indícios de anomalias e ódio no ambiente corporativo, sendo que, nos Estados Unidos, foi verificada uma redução do comprometimento dos colaboradores das empresas de 30% nos últimos 10 anos, sendo que a maioria apresentava hostilidades em relação aos seus empregadores. Mackey (2018) aponta a disparidade de ganhos entre os CEOs das empresas em

relação ao salário médio pago, que, em 1980, era 42 vezes maior e, em 2000, chegou a 525 vezes mais que o salário médio pago pelas empresas. Ou seja, jogo de soma zero.

Raj concluirá, sob o aspecto das *firms of endearment*, que nenhum dos *stakeholders* deverá se favorecer em agravo a qualquer outro, sendo que cada um dos membros florescerá juntamente com os demais. A preocupação das partes com o crescimento dos demais criará um ambiente afetuoso e de lealdade a partir do atendimento de deficiências fisiológicas e psicológicas dos *stakeholders*. O autor sublinha que empresas humanizadas (*firms of endearment*) dedicam-se à ideia de *share of heart* (fatia do amor), que preconiza ocupar espaços no coração do cliente, resultando em maior espaço da participação mercadológica. Lembra, também, que essa relação se dá com os empregados, nas quais a retribuição se dará naturalmente no empenho produtivo. *Share of heart* pode e deve ser praticado com fornecedores e com as comunidades, as quais a empresa esteja envolvida, de tal forma que sintam orgulho de tê-la em seu meio. Por fim, é destacada a visão dos acionistas de empresas humanizadas, na qual o lucro é importante, mas a satisfação moral e emocional de fazer parte daquele empreendimento com significado social também é considerada uma forma de remuneração.

É bom que se destaque que Raj, em momento nenhum, desconsidera a importância da boa gestão das empresas, pois, como afirma, "... nenhuma correção moral pode salvar uma empresa mal gerida." No entanto, empresas que desfrutam do amor daqueles aos quais suas operações alcançam tendem a ser mais perenes. O autor cataloga uma série de valores de empresas humanizadas, como a subscrição de valores que vão além do simples ganho de dinheiro, alinhando-se aos interesses de todos os *stakeholders*, abraçando-os como sendo orgânico dela própria. Cremos que o resumo das considerações do autor poderia se dar em um de seus argumentos (p.12), pois afirma que, em relação às empresas humanizadas, "... a sua cultura corporativa é o seu maior patrimônio e principal fonte de vantagens competitiva".

Nosso objetivo aqui não é esgotar os aspectos das empresas humanizadas, mas apresentá-las de forma a clarearmos a sua ligação com as comunidades as quais estão inseridas e os aspectos desse relacionamento com o desenvolvimento delas. Nesse sentido, é esclarecedor citarmos os cinco principais *stakeholders* apresentado por Raj, lembrando que não há uma ordem de importância: Clientes, tanto os individuais como os organizacionais; empregados atuais, futuros, passados e

suas estruturas familiares; investidores individuais, institucionais e credores; parceiros a montante, como fornecedores, horizontais e a jusante; e, por fim, a sociedade. Deixamos a sociedade por último (o autor trata dela em primeiro), tendo em vista que nosso propósito é o desenvolvimento das comunidades.

Quanto à sociedade, Raj enumera as comunidades locais e mais amplas, bem como governos e demais instituições sociais e meio ambiente. Lembra que, nesse modelo, que denomina pelo acrônimo de SPICE (iniciais de cada um dos *stakeholders*: sociedade, parceiros, investidores, clientes e empregados)⁴, há uma série de relações que devem ser orientadas por um fluxo bidirecional de valores e alinham-se de interesses de todas as partes, sendo essa o âmago de uma administração exitosa. Sublinha ainda que “... é a maneira de maximizar o retorno para a sociedade de todos os investimentos que fluem para todas as organizações. É o estilo das empresas humanizadas”.

Parece-nos lógico que a extrapolação dos conceitos e dinâmicas das empresas humanizadas servem-nos à discussão e reflexão de um processo de desenvolvimento de aglomerados sociais e, por consequência, das pessoas que as integram. **Não há como se pensar em desenvolvimento de um município sem que se passe pelo desenvolvimento de cada um de seus integrantes sociais.** Não é possível que uma empresa cresça em um mar de desigualdades, de alijamento de bem estar por parte de seus integrantes. Não queremos dizer com isso que as empresas não devam ter lucro, mas, como destaca Mackey (2018, p.19), os empresários buscam lucro como um objetivo relevante. No entanto, não é somente isso que move esses empreendedores, eles também são impulsionados por paixão, sonhos e por acreditar no que fazem, o que, somado à boa gestão, é capaz de criar valor para todas as partes envolvidas.

Então, pensar em desenvolvimento é pensar em crescimento sustentável para todos os integrantes sociais e, para isso, adaptando o pensamento de Raj quanto à interação das empresas

⁴ Também significa tempero (*spice*-inglês), embora o autor não tenha explicitado, leva-nos a pensar como elementos de uma receita cujo produto venha a ser algo exitoso e saboroso, como deve ser o desenvolvimento de uma comunidade.

humanizadas com a sociedade, se faz necessário o encorajamento e o envolvimento dos *stakeholders* no cuidado com a comunidade na qual estão inseridos, ampliando para dimensões mais externas. Esse engajamento resultará no aumento da competitividade, gerando maiores resultados que poderão ser acessados por todos os segmentos sociais, sem perder o foco na sustentabilidade ambiental, pois esse é um recurso público, não sendo correto a sua degradação em prol de quem quer que seja, mesmo que temporalmente (gerações futuras).

A cooperação entre o público e o privado pode gerar uma sinergia tal que, se bem articulada, pode gerar oportunidades empreendedoras. O entendimento do compromisso de um empreendimento para com o local onde está ou irá se instalar é fundamental para o sucesso da empresa e da sociedade. RAJ (2019, p. 178) serve-nos o caso da Toyota, cuja importância de honrar o espírito das leis encontra-se em um patamar superior ao mero cumprimento da lei, tendo na cláusula primeira de seus princípios orientadores o seguinte: “Honrar a linguagem e o espírito da lei de cada nação e realizar atividades sociais abertas e justas para ser um bom **cidadão corporativo** do mundo”. O autor destaca que cada vez mais as empresas serão cobradas por comportamentos mais sociais, na medida em que a sociedade se torne “... mais focada no ser do que no ter”.

É com esse enfoque que a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG se engaja, juntamente com as comunidades onde atua, no processo de desenvolvimento coletivo local e regional, para o qual, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o município apresenta determinado potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas. Neste sentido, o presente relatório não se propõe a esgotar a questão, mas, pelo contrário, a introduzir e favorecer o processo reflexivo sobre as questões associadas ao desenvolvimento e qualidade de vida.

Neste contexto, em todas as situações a organização social, o empreendedorismo e a implementação de programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócio e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados pode ser importante.

Desenvolvimento econômico não é produto, por isso não pode ser dado, comprado, entregue ou recebido. Pelo contrário, é um processo de transformação e por isso as entidades da sociedade devem promover um debate ininterrupto para identificar potencialidades a serem aproveitadas, fraquezas a serem superadas e fortalecer a ação coletiva.

Neste contexto, com o intuito de contribuir com o processo reflexivo, destacam-se as seguintes ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas locais:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes no local.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;

- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;
- g. Nos casos em que não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por Universidades, Institutos Federais e Escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento é uma responsabilidade de todos e que sempre existirá uma possibilidade para inovar, empreender ou melhorar o ambiente de negócios em nível local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2020. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em mai/2020.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2020. Acesso em mai/2020.
- MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Rio de Janeiro. Alta Books. 2018.
- MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
- PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: mai/2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDINHA (RS). Prefeitura. **Histórico do Município de Rondinha, RS**. 2020. Disponível em: <https://www.Rondinha.rs.gov.br/municipio>. Acesso em: mai/2020.
- SISODIA, R.; HENRY, T.; ECKSCHMIDT, T. **Capitalismo consciente**: guia prático. Curitiba. Voo. 2018. 432 p.
- SISODIA, R.; WOLFE, D.B.; SHETH, J. **Empresas humanizadas**: Pessoas, propósito, performance. Rio de Janeiro. Alta Books. 2019. 368 p.
- UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão o Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2020.